

Dívida: o Brasil perde o seu maior trunfo.

Prematuramente satisfeito por haver conseguido cruzar o marco do dia 31 de março, quando terminou o acordo com os bancos credores para a renovação automática das linhas de crédito de curto prazo, no valor de US\$ 15,7 bilhões, que sustentam nosso comércio internacional e as agências dos bancos brasileiros no Exterior, sem qualquer defeção imediata, o ministro Dílson Funaro pretendeu apresentar o fato de todos os bancos terem mantido essas linhas com o prazo reduzido para 30 dias como uma vitória. Na verdade, mais uma vez o ministro estava, pelo menos, distorcendo a realidade, pois todo mundo sabe que ele se estava referindo apenas às linhas vencidas no último dia do acordo (os créditos de curto prazo vão vencendo a cada dia). Assim, o povo brasileiro e até o presidente da República foram desinformados pelo ministro.

A verdade é que o Brasil está totalmente na dependência de decisões a serem tomadas praticamente no dia-a-dia por centenas de bancos. Em outras palavras, isso significa que a economia brasileira se tornou extremamente vulnerável, correndo o risco de perder parte substancial desses recursos de curto prazo a partir do momento em que o acordo com os credores expirou. Não há mais qualquer garantia de renovação. Cada credor poderá agir como bem entender. Estima-se que a perda de recursos nessas linhas poderá chegar aos US\$ 2 bilhões. Além disso, hoje o prazo máximo de captação dos bancos brasileiros é de 30 dias, em lugar dos 180 dias concedidos antes da moratória. Essa restrição dificulta enormemente a aplicação desses créditos pelas instituições financeiras, mas o ministro da Fazenda — que continua interessado em alimentar sua guerra contra o inimigo externo a fim de obter apoio político no plano interno — encontrou até motivos para comemorar a sua “vitória” nessa primeira “batalha” com os credores, batendo na madeira...

Contudo, no mesmo instante em que a sociedade tomava conhecimento desse “triunfo”, o País estava sofrendo um novo golpe, muito mais sério: um comitê interdepartamental do governo dos Estados Unidos decidiu rebaixar oficialmente o crédito brasileiro de longo prazo. Essa atitude do governo americano praticamente obriga os bancos credores a assumir uma posição dura em relação à moratória. O comitê, integrado por altos funcionários do Federal Reserve Board (o banco central dos EUA), do Departamento do Tesouro e da Federal Deposit Insurance Corporation, também foi rígido, pois esta é a primeira vez que o crédito de um país é rebaixado antes do término do prazo de 90 dias, a partir do qual os bancos não poderão mais contabilizar os juros cujo pagamento está suspenso (no caso brasileiro, esse prazo venceria no dia 20 de maio).

Em outras palavras, os bancos americanos foram aconselhados pelo governo de seu país a admitir desde já as perdas decorrentes da moratória brasileira. E dois deles, o Morgan Guaranty Trust e o Bank of America, não tardaram em seguir a orientação do comitê interdepartamental, colocando seus empréstimos ao País, no valor de US\$ 3,2 bilhões, na categoria dos créditos que não rendem juros (a expectativa no mercado financeiro americano é que logo os demais bancos do país seguirão o exemplo desses dois grandes credores). Se isso acontecer efetivamente, haverá problemas sérios também para a manutenção das linhas de curto prazo, não obstante a aparente falta de importância atribuída pelo Palácio do Planalto a essas notícias procedentes dos EUA.

Outro fato grave para o Brasil é a elevação da **prime rate** (a taxa preferencial dos bancos americanos), vista pelos analistas internacionais como uma forma de os bancos compensarem os prejuízos causados pela moratória brasileira. Mas no Brasil essa informação não chegou a perturbar o ministro Dílson Funaro, que passou tranqüilamente pela amigável sabatina da bancada do PMDB, na manhã de ontem. Nenhum peemedebista se preocupou com o fato de o governo dos Estados Unidos ter rebaixado o crédito de nosso país pouco antes de se iniciar a negociação com os credores, mesmo porque nenhum deles sabe que isso significa na prática — como disse um banqueiro norte-americano ao correspondente da *Gazeta Mercantil*, em Washington — “que os bancos americanos estão impedidos de continuar emprestando para o Brasil” (enquanto os pagamentos não forem reiniciados).

Para bom entendedor, é evidente que o maior trunfo brasileiro (o medo dos credores de terem de contabilizar perdas) deixou de existir. Não existe mais a grande arma do comandante da nossa moratória, que no dia 31 de março teve a pretensão de “tranqüilizar” a sociedade brasileira, o governo como um todo, e seus amigos do PMDB. Como o País pode ser tranqüilizado se está sob ameaça de perder todo o crédito externo — que o próprio ministro afirma ser essencial para que possa atingir suas metas — e ficar absolutamente sem reservas, hoje da ordem de apenas US\$ 3,5 bilhões, se tanto? Quantos parlamentares do PMDB, onde a demagogia campeia solta, terão capacidade para avaliar os riscos que a moratória do sr. Funaro está criando para a economia nacional?

A nosso ver, lamentavelmente, nem mesmo o presidente Sarney tem plena consciência dos riscos que seu governo e a economia brasileira estão correndo.

A verdade, no entanto — repetimos —, é que o rebaixamento do crédito brasileiro pelo governo dos Estados Unidos é uma espécie de ordem para que os bancos credores não cedam diante de qualquer espécie de **chantagem**, isto é, não façam novos empréstimos ao Brasil apenas por medo de contabilizar perdas. Assim, o Brasil chegará às negociações sem qualquer trunfo para jogar. Em vez de dizer, de início, ou vocês aceitam as condições que Funaro mais uma vez ontem, frente ao PMDB, disse que vai exigir, ou não volto a pagar, irá ouvir, para começo de negociação, que ou o Brasil recomeça a pagar ou não tem conversa.

Apenas isso.

Não obstante, é quase certo que os jornais de hoje trarão alguma declaração das nossas autoridades econômicas no sentido de que tudo isso não afeta de forma negativa nossa posição na mesa de negociações.

Foi Octavio Paz que falou na **mentira institucionalizada** como uma das piores chagas da vida política da América Latina.